

Aspectos semióticos da filosofia peirceana como fundação para a educação do pensamento

*Semiotic aspects of Peircean philosophy as
foundation for the education of thought*

Isabel Jungk

Doutora em Tecnologias da Inteligência e Design Digital pela
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente no
curso de pós-graduação lato sensu em Semiótica Psicanalítica
da mesma Universidade. São Paulo – SP - Brasil
isabeljungk@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo objetiva propor alguns conceitos do quadro filosófico peirceano como fundamento para a formação de um pensamento crítico amplo. Partindo de conceitos semióticos, tais como signo, objeto, interpretante e seus desdobramentos, em conexão com conceitos metafísicos como idealismo objetivo, sinequismo e falibilismo, é possível vislumbrar o desenvolvimento de uma perspectiva lógica abrangente sobre a realidade humana, capaz de integrar diversos pontos de vista de maneira inclusiva e, assim, assimilar diferenças culturais e científicas de forma inteligível em meio à heterogeneidade social contemporânea. A presente pesquisa, por meio de análises e aplicações conceituais, busca evidenciar que uma educação voltada para o desenvolvimento das faculdades mentais humanas, ao enfatizar os aspectos representacionais do pensamento, da cultura e da ciência, pode possibilitar ao próprio homem vislumbrar com mais clareza suas próprias criações culturais e científicas, bem como o papel que desempenha na sua produção.

Palavras-chave: Semiótica peirceana. Educação. Relação mente-matéria. Falibilismo. Relativismo cultural.

Abstract: This article aims to propose some concepts of the Peircean philosophical framework as a foundation for the formation of a broad critical thinking. Starting from semiotic concepts such as sign, object, interpretant and their unfolding, in connection with metaphysical concepts such as objective idealism, synechism and fallibilism, it is possible to glimpse the development of a logical and comprehensive perspective on human reality, capable of integrating several points of view in an inclusive manner and, therefore, capable of encompassing scientific and cultural differences in an intelligible form amid the contemporary social heterogeneity. The present research, through analysis and conceptual applications, seeks to evince that an education aimed at the development of human mental faculties, by emphasizing the representational aspects of thought, culture and science, can enable man himself to discern more clearly his own cultural and scientific creations, as well as the role he plays in their production.

Keywords: Peircean semiotics. Education. Mind-matter relation. Fallibilism. Cultural relativism.

Introdução: pensamento, cultura, ciência e educação

Amplamente considerado, o pensamento humano é atividade mental que engloba diferentes capacidades, tais como percepção, atenção, observação, reflexão, julgamento, aprendizado, imaginação, criação, entre outras. Em sentido específico, é a *atividade cognoscitiva* da mente que permite compreender a realidade circundante, constituindo-se a cultura e a ciência como suas resultantes. A educação trata da formação do ser humano, da transmissão da cultura e da ciência, a fim de que suas faculdades sensíveis e intelectuais se desenvolvam e sejam exercidas e, nesse sentido, toda educação pode ser considerada educação do pensamento.

Investigações sobre como se desenvolve essa atividade sempre tiveram lugar de destaque na filosofia. O pensamento humano há muito se ocupa de desvelar e conhecer sua estrutura e mecanismos abstratos, buscando melhorar sua capacidade de lidar com a realidade. Todo conceito que elucide sua natureza auxiliará a torná-lo mais profícuo, dotado de maior acuidade e mais apto a enfrentar os desafios que advêm do real. Reside aí a possibilidade de educar o pensamento que será desenvolvida neste estudo, com base na teoria peirceana.

1 Semiose, pensamento e educação

Diversas foram as tentativas de sintetizar a heterogeneidade das manifestações do real, a fim de encontrar conceitos simples que dessem conta dessa multiplicidade e possibilitassem refletir sobre ela de maneira ordenada, metódica. O filósofo, matemático e cientista estadunidense Charles Sanders Peirce (1839-1914), dialogando com a tradição filosófica ocidental, elaborou uma filosofia *sui generis*, capaz de lidar com as mais variadas e complexas questões do conhecimento humano.

Peirce partiu da busca por um conjunto de categorias que fossem elementares, universais e onipresentes. Suas elaborações o levaram àquilo que ele chamou de uma *nova lista de categorias* (PEIRCE, 1867, EP 1, p. 1-10), por se contraporem às conhecidas categorias de Aristóteles e Kant, das quais se diferenciam por serem observáveis em todos os fenômenos que se apresentem à mente. Sobre elas, Peirce fundou seu edifício filosófico: sua *Fenomenologia*, chamada *Faneroscopia*,

em referência ao estudo do *phaneron* ou fenômeno; sua *Semiótica*, considerada como *Lógica*, parte das Ciências Normativas; bem como sua peculiar *Metafísica*, que abrange considerações ontológicas sobre a mente.

As categorias peirceanas são conhecidas como *primeiridade*, *secundidade* e *terceiridade*. Seus nomes, além de se referirem a seu fundamento matemático, visam evitar associações com noções precedentes, a fim de servir como instrumentos conceituais originais de análise. Onipresentes, elas são extraídas da própria experiência dos fenômenos em geral, nos quais se encontram em diferentes graus de proeminência.

Aquilo em que a *primeiridade* se encontra de forma proeminente pode ser definido como aquilo que é tal como é, em si mesmo, sem referência a qualquer outra coisa, e pode ser apreendido como possibilidade, qualidade, independência e originalidade. Aquilo em que predomina a *secundidade* pode ser entendido como aquilo que é relativamente a um segundo elemento, porém sem qualquer relação com um terceiro, podendo ser distinguido no mundo fenomênico como aquilo em que dominam a singularidade, a ação e reação, a existência e a resistência. Aquilo que está sob a ascendência da *terceiridade* é capaz de estabelecer uma relação entre um primeiro e um segundo elementos, modificando-os e, portanto, pode ser reconhecido onde houver a preponderância de toda forma de mediação, da lei e do hábito, da generalidade e continuidade. As categorias se constituem em finos esqueletos do pensamento, como disse Peirce em referência a sua amplitude e elevado grau de abstração, e se encontram transmutadas e encapsuladas nos diferentes aspectos materiais da diversidade fenomênica do mundo.

Em “*O que é um signo?*” (PEIRCE, 1894, EP 2, p. 5), o filósofo declara que há três tipos de interesse que se podem ter em uma coisa. Primeiro, é possível ter um interesse primário em algo em si, e por si mesmo. Isso significa observar suas qualidades intrínsecas, o que nele inere, sem relação com nada mais. Segundo, pode-se ter um interesse secundário em algo, por conta de suas reações com outras coisas, o que significa que algo, em sua singularidade, pode ser considerado nas suas relações existenciais com outros singulares, relações de ação e reação de uns sobre outros. Terceiro, pode-se ter um interesse mediatório em algo, na medida em que ele transmite a uma mente uma ideia sobre alguma outra coisa. Nessa medida, esse algo se constitui em um signo ou *representamen*. Primário, secundário e mediatório ou terciário caracterizam fenomenologicamente o interesse que se tem sobre algo no mundo, sem conotar

qualquer valoração de um em detrimento de outro, significando os aspectos categoriais mais buscados em cada caso.

A terceiridade, categoria da mediação, compreende as realidades representacionais produzidas pela mente humana, e que constituem seu patrimônio simbólico, seja cultural, científico ou filosófico. Sua natureza é estudada pela semiótica, que Peirce considerava um estudo de lógica, *a arte de pensar* (PEIRCE, 1893, CP 4.46), pois elas se consubstanciam em relações triádicas inteligíveis à luz do conceito de *signo*:

Um signo, ou *representamen*, é algo que está para [*stands for*] alguém em algum aspecto ou capacidade. Ele se endereça a alguém, isto é, cria na mente daquela pessoa um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Aquele signo que ele cria, eu chamo *interpretante* do primeiro signo. O signo está para algo, seu *objeto*. Ele está para esse objeto, não em todos os aspectos, mas em referência a um tipo de ideia, que às vezes chamei de *fundamento* do representamen. (PEIRCE, c.1897, CP 2.228, grifo do autor).

Esta definição evidencia a estrutura triádica do signo, a forma mais simples de terceiridade, formada por correlatos indissoluvelmente ligados: o *representamen* ou *signo* em si mesmo, o *objeto* e o *interpretante*, numa relação indecomponível em elementos isolados:

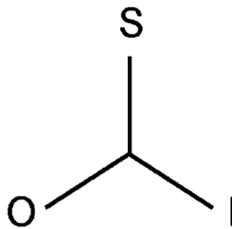


Figura 1: Estrutura triádica do signo com base em Peirce (1903, CP 2.274, 1903; CP 1.346)

Em sua conceituação, Peirce usa o verbo “*to stand for*” que, embora não tenha um equivalente em português, significa “estar para”, “estar em relação a alguma coisa”, e pode ser entendido no sentido amplo de substituir, de representar. O *signo* está no lugar de algo, seu *objeto*, para algum tipo de mente, na qual criará outro signo daquele mesmo objeto, seu *interpretante*, que poderá ser

mais desenvolvido ou não do que o signo precedente. Dessa forma, o signo faz a mediação entre objeto e interpretante numa série sem fim predeterminado, denominada *semiose* ou ação do signo pela qual o entendimento acerca de determinado fenômeno poderá ou não crescer, daí a importância de conhecer os atributos sógnicos para todo processo educativo.

Por *signo* em si mesmo, entende-se aquilo que desempenha a função mediadora para quem o capta. É o veículo do signo, seu fundamento, o modo pelo qual se constitui, funciona e substitui o objeto. Há três modos de desempenhar essa função: *qualissignos*, *sinsignos* e *legissignos*. Qualidades e características, singulares e existentes, bem como leis, sejam convenções, regras, hábitos e símbolos de todo tipo poderão estar no lugar de objetos gerando interpretantes, pois, na semiótica peirciana, não há uma separação estanque entre coisas de um lado e signos de outro, uma vez que tudo tem a capacidade de funcionar como signo, desde que seja tomado sob esse aspecto.

Por *objeto*, entende-se o que é mediado pelo signo, aquilo que ele substitui e intenta representar, ainda que parcialmente. Importante distinção se estabelece entre *objeto dinâmico*, definido como o objeto que determina o signo e permanece fora dele, aquilo que o signo representa e substitui; e *objeto imediato*, o modo como o objeto dinâmico é representado no interior do signo (PEIRCE, 1905, CP 4.536). O objeto dinâmico (1907, CP 5.473) é o objeto em si próprio, o objeto real, existente e obsistente; seu modo de ser independe do signo, e mesmo coisas *in abstracto* podem ser assim consideradas. O objeto imediato apresenta, sob certo recorte, sob algum ou alguns aspectos, o objeto dinâmico que é sempre multideterminado e pode ser representado de infinitas formas, em suas variadas facetas, por diferentes tipos de signos, e que, por isso, não pode ser confinado a uma única representação ou tipo de mediação. Qualquer signo será invariavelmente incompleto em relação a ele, sendo capaz de representar somente algumas de suas determinações. No entanto, é ele que se impõe, conferindo aos signos que a ele se conformam, em algum grau ou aspecto, um *valor de verdade* relativo, nunca absoluto, passível sempre de correção e aprimoramento, evidenciando a relatividade própria ao pensamento e sua permanente necessidade de desenvolvimento.

Interpretante, termo técnico utilizado para designar o significado de um signo, não pode ser confundido com noções mais disseminadas de intérprete e interpretação. Ele é o efeito que o signo está destinado a causar naquele ou naquilo que o interpreta, sendo o que se chama de interpretação somente um de

seus possíveis efeitos. No processo de sua geração, ele passa por níveis chamados de *interpretantes imediato, dinâmico e final*. Conforme explica Santaella (2000, p. 67), “esta divisão não corresponde, de modo algum, a três interpretantes, vistos como coisas separadas, mas, ao contrário, são graus ou níveis do interpretante, ou melhor, diferentes aspectos ou estágios na geração do interpretante”.

O primeiro nível é abstrato e se refere à potencialidade que o signo carrega de produzir um determinado conjunto de interpretantes. O *interpretante imediato* não é um interpretante que se atualiza, pois permanece latente no signo e sua potencialidade nunca poderá ser esgotada no processo de semiose. *Interpretante dinâmico* designa o segundo nível desse processo, isto é, os interpretantes que de fato ocorrem, os efeitos que se atualizam em mentes que foram afetadas por um signo. Tais interpretantes, por sua vez, funcionarão como signos diferentes, mais desenvolvidos ou não do objeto representado em uma determinada semiose, que se dá *ad infinitum*, pois um signo gera outro, num encadeamento sucessivo. Cada interpretante dinâmico carrega consigo certo grau de verdade, em função da adequação a seu objeto exterior. Contudo, será marcado concomitantemente por um grau de inadequação a seu objeto dinâmico, pois todo signo é incompleto em relação àquilo que busca representar, embora, por vezes, não seja possível precisar em relação a qual aspecto se dá essa incompletude.

Dessa forma, o *interpretante final* não é algo acabado, passível de se concretizar em dado momento. Traduz-se por sua finalidade última, pela tendência do signo de revelar seu objeto nesse processo e, também, permanece em aberto, pois não é possível saber, de antemão, quais interpretantes surgirão no futuro. A palavra final refere-se, assim, à finalidade e, em certa ocasião, esse nível foi chamado de interpretante *normal* por Peirce (1908, CP 8.343), no sentido de um padrão ou norma geral a conduzir o desenvolvimento do pensamento.

Dessa maneira, para além do interesse contemplativo ou utilitário que se pode ter sobre algo, Peirce mostra como todo pensamento reflexivo é mediado. Para pensar, não é possível trazer as próprias coisas do mundo para dentro do cérebro, mas somente certas características que delas se pode apreender, o que se dá unicamente pela mediação dos signos. O pensamento capta tais aspectos desses objetos que, assim, ingressam no fluxo contínuo da semiose rumo ao desvelamento de sua verdade no curso do tempo, corroborando a natureza sígnica de toda atividade mental.

Em função da importância da questão representacional para o conhecimento humano, Peirce dedicou-se intensamente ao desenvolvimento da semiótica, a ciência de todos os tipos de representação. A teoria peirceana é vasta, faz inúmeras distinções entre os múltiplos aspectos dos processos sógnicos e, portanto, muito mais poderia ser dito sobre o *modus operandi* da semiose. Neste estudo, importa ressaltar que a possibilidade de educar o pensamento, a fim de desenvolvê-lo, fazê-lo progredir e ampliar sua capacidade reside na compreensão das funções sógnicas que constituem sua natureza.

2 Pensamento e representação da realidade

Fundamental é a relação entre pensamento e realidade a partir da natureza de ambos, questão pertencente à metafísica. Tradicionalmente, as opiniões se dividem em atribuir um caráter representacional à atividade mental, ou entendê-la como resultado direto da experiência. Por tal razão, as diferentes correntes têm oscilado entre visões antagônicas, algumas *idealistas* e *nominalistas*, por um lado, e outras *objetivistas* e *realistas*, por outro.

O idealismo se constitui menos em uma doutrina e mais em uma orientação filosófica que entende que toda existência pode ser reduzida ao pensamento, seja ele subjetivo ou geral, segundo Lalande (1999, p. 486-7), opondo-se ao realismo, que atribui realidade independente aos seres. O nominalismo, por sua vez, é a doutrina segundo a qual não existem ideias gerais, somente signos gerais (LALANDE, 1999, p. 735), e equivale a dizer que os gerais não têm realidade independente do pensamento que lhes dá forma. De maneira genérica, idealistas e nominalistas enfatizam o papel do pensamento em detrimento de uma realidade ou generalidade exterior àquela apreendida pelas representações humanas.

De outro lado, encontram-se visões *realistas* e *objetivistas*. O realismo, de maneira geral, atribui realidade aos seres independentemente do conhecimento que se tenha sobre eles; estes são irreduzíveis ao pensamento que os expressa (LALANDE, 1999, p. 926). O objetivismo, em suas múltiplas nuances, considera objetiva a realidade que outros não consideram como tal, no sentido desta ser subsistente por si própria (LALANDE, 1999, p. 747-8) e, muitas vezes, atribui realidade somente aos objetos em si mesmos, em detrimento da percepção, conhecimento ou representação que se tem deles.

A adoção de tais perspectivas parte sempre de uma visão ontológica que se ocupa do ser enquanto ser, independente de determinações particulares, discutindo o que é ou não geral. As visões mais correntes tendem, ou a negar totalmente a existência de uma entidade mental, atribuindo supremacia total ao real, ou atribuem à mente a capacidade de abarcar totalmente a realidade, negando, por sua vez, a existência autônoma dessa mesma realidade, ou mesmo de sua generalidade, que assim ficaria reduzida a determinados conteúdos mentais. Apesar dos matizes em que se manifestam essas orientações, pode-se dizer que todas tendem a perpetuar a separação cartesiana entre *res cogitans* e *res extensa*, ratificando a visão dicotômica que divide o real em continentes desconexos, coisa pensante e coisa extensa, mente e matéria.

Quanto ao universo psicofísico em que estamos imersos, isto é, quanto à natureza da mente e da matéria, a metafísica peirceana adota um *idealismo objetivo* (PEIRCE, 1891, CP 6.24-25) contrário ao materialismo e às formas de idealismo subjetivo, pois se funda no conceito de sinequismo pelo qual tudo faz parte de um *continuum* que governa todo o domínio da experiência (PEIRCE, 1893, CP 7.566). Peirce critica as posições dualistas que, opostas à visão sinequista, separam aspectos mentais e materiais dos fenômenos em porções isoladas de realidade:

O sinequismo, mesmo em suas formas menos robustas, nunca poderá aceitar o dualismo propriamente dito. [...] o dualismo, em seu sentido mais amplo e legítimo, como a filosofia que realiza suas análises com um machado, deixando, como elementos últimos, pedaços desconectados de seres, esse é o mais hostil ao sinequismo. Em particular, o sinequista não admitirá que os fenômenos físicos e psíquicos sejam inteiramente distintos, seja por pertencerem a categorias diferentes de substância, seja como lados inteiramente separados de um escudo, mas insistirá que todos os fenômenos possuem *um caráter único, embora alguns sejam mais mentais e espontâneos, outros mais materiais e regulares*. (PEIRCE, 1893, CP 7.570, grifo nosso)

Ao fundamentar sua metafísica nesse contínuo entre mente e matéria composto por elementos comuns, *espontaneidade e regularidade*, que variam somente em grau de um fenômeno para outro, Peirce defende que o idealismo objetivo é “a única

teoria inteligível do universo” (PEIRCE, 1891, CP 6.25), pois a realidade fenomênica somente pode ser dar nesse gradiente único que vai da mente em sua espontaneidade e capacidade plástica de adquirir e renovar hábitos, à matéria inerte totalmente regida por leis mecânicas, às quais ela obedece cegamente. Todo fenômeno apresenta atributos mentais e materiais de natureza contínua em constante interação, sendo possível atentar para eles em cada caso específico.

Peirce argumenta ainda que, se mente e matéria possuíssem naturezas diversas, não haveria interação entre elas e nem a possibilidade de conhecimento da realidade material pela realidade mental, sendo sua continuidade uma condição para toda forma de comunicação (PEIRCE, 1892, CP 7.572). Em função desse contínuo pervasivo no universo, este se torna cognoscível, e o pensamento produz representações sobre a realidade que o afeta, que, em função desse caráter comum, se conformam em maior ou menor grau aos objetos representados.

A filosofia peirceana *supera* as oposições mais conhecidas ao mostrar que há “coisas Reais, cujos caracteres independem por completo de nossas opiniões a respeito delas; [contudo] esses Reais afetam nossos sentidos segundo leis regulares” (PEIRCE, 1877, CP 5.384) e, reconhece, concomitantemente, o caráter sógnico de nossas cognições, afirmando que “tudo aquilo que possamos de qualquer maneira conhecer é puramente mental” (PEIRCE, 1900, CP 8.145), alertando para o engano comum dos idealistas que, ao provar ser mental o conteúdo de uma ideia, acreditam também que seu objeto seja de origem humana. Ele exemplifica seu postulado com a lei da gravitação, uma regularidade natural cuja fórmula expressa o movimento dos planetas em termos de uma concepção puramente mental, que é uma representação dessa lei criada pelo homem. Peirce sintetiza, assim, posições contrárias, evidenciando o processo pelo qual as representações vão sendo aprimoradas e aproximando-se assintoticamente, gradativamente dos objetos reais, à medida que se desenvolve o pensamento.

Por conseguinte, a doutrina peirceana da continuidade implica a noção de *falibilismo*, pela qual nenhum conhecimento é absoluto, deslizando sempre num *continuum* de incerteza e indeterminação (PEIRCE, 1897, CP 1.171) o que, em termos sógnicos, significa a incompletude de toda representação em relação à realidade representada, o que fundamenta as constantes tentativas de apreender o objeto dinâmico com mais precisão, eliminando lacunas e corrigindo falhas, e mostra tanto a necessidade de submeter o conhecimento à revisão contínua, como sua infinita possibilidade de crescimento.

Em suma, a compreensão do idealismo objetivo peirceano em seus aspectos semióticos implica reconhecer que, apesar da autonomia do real e de não termos acesso direto a ele, este é cognoscível e o homem desempenha um papel fundamental na construção e escrutínio das representações que permitem manipulá-lo, possibilitando uma visão ampla da interação entre mente e matéria que, não sendo opostas, se manifestam numa relação de continuidade entre pensamento, natureza, cultura e ciência.

3 Relativismo cultural e educação do pensamento

A partir da influente obra do biólogo e antropólogo britânico Herbert Spencer (1820-1903), admirador da teoria da evolução de Charles Darwin (1809-1882), houve na Antropologia a tendência a crer que as culturas evoluiriam de maneira linear e única, através de etapas progressivas rumo a um mesmo patamar de desenvolvimento, para o qual foi tomada como modelo, e ápice da evolução, a própria cultura europeia. Essa concepção foi desenvolvida especialmente por Edward B. Tylor (1932-1917), e ficou conhecida por *evolucionismo cultural*, tornando-se dominante nos estudos antropológicos, levando a um conceito de cultura e sociedade comum a todo e qualquer grupo humano. Segundo Castro (2005, p. 15),

essa linha buscava descobrir leis uniformes da evolução, partindo do pressuposto fundamental de uma igualdade geral da natureza humana. Em função disso, todos os diferentes povos deveriam progredir segundo os mesmos estágios sucessivos, únicos e obrigatórios – daí o uso que os evolucionistas fazem de “cultura humana” e “sociedade humana”, sempre no singular. Esse substrato comum de toda a humanidade explicaria a ocorrência de elementos semelhantes em diferentes épocas e lugares do mundo. A *comparação* entre tais elementos permitiria esclarecer, não só esse caminho único da evolução da humanidade, como também o estágio no tempo em que cada povo se encontra.

Essa linha de pensamento, base do método comparativo do evolucionismo cultural, também chamado novo método, à época, sofreu fortes críticas por

parte do antropólogo alemão Franz Boas (1858-1942), professor na Universidade de Columbia – EUA, que teve Gilberto Freyre entre seus alunos. Em sua obra, Boas (2005) criticou diversos determinismos no estudo das sociedades humanas, fossem de origem geográfica, econômica, racial ou psicológica, defendendo o conceito de *cultura* como explicativo de sua diversidade. Partindo da percepção da relatividade das formas culturais humanas, abriu caminho para que outros desenvolvessem as consequências de seu relativismo cultural de fundo metodológico, conforme observa Castro (2005, p. 18). Segundo o autor,

baseado no reconhecimento de que cada ser humano vê o mundo sob a perspectiva da cultura em que cresceu – em uma expressão que se tornou famosa, ele [Boas] disse que estamos acorrentados aos “grilhões da tradição”. O antropólogo deveria procurar sempre relativizar suas próprias noções, fruto da posição contingente da civilização ocidental e de seus valores. Mas o relativismo cultural não era, para Boas, apenas um instrumento metodológico. A percepção do valor relativo de todas as culturas – a palavra aparece agora no plural, e não no singular, como no caso dos evolucionistas – servia também para ajudar a lidar com as difíceis questões colocadas para a humanidade pela diversidade cultural.

Na contemporaneidade, as questões concernentes à diversidade cultural têm se complexificado. A globalização econômica e a convergência dos meios de comunicação para a rede mundial de computadores intensificaram o intercâmbio entre culturas de diversas origens de maneiras antes inimagináveis e, a despeito dos inegáveis benefícios dessas novas formas de convivência, esse contexto tem igualmente exacerbado os conflitos que advêm dos inevitáveis choques entre diferentes sistemas simbólicos, muitas vezes levando ao recrudescimento de posições radicais. Para ressaltar a importância dos aspectos representacionais do pensamento em sua educação, merece destaque a relação que o homem constrói com a própria cultura e o conhecimento de que é portador.

Implícito nos fatores históricos e sociais que têm levado práticas monoculturais a perdurar na educação, tais como visões de superioridade cultural, religiosa ou nacionalista, preconceitos étnicos e raciais, interesses econômicos e políticos, entre outros, é possível observar um elemento de ordem individual: a visão de mundo

do próprio educador como agente mediador da aprendizagem. Esse nível subjetivo, subjacente a manifestações culturais e sociais coletivas, precisa ser considerado, uma vez que processos educacionais são fundamentalmente intermediados por seres humanos. Adotar enfoques diferentes requer abandonar pontos de vista habituais e olhar além das perspectivas dos grupos e culturas em que se está inserido. Muitas vezes, demanda romper com tradições herdadas no processo de se constituir como sujeito no âmbito familiar e social, a fim de que seja possível analisar e criticar a própria visão de mundo, empreitada sempre lenta e trabalhosa.

Afirmar a multiplicidade de culturas em um mundo global, reconhecer, em níveis institucionais, o relativismo cultural de cada grupo não parece suficiente se não forem oferecidos os meios de fazê-lo, em nível individual, àqueles que desempenham o papel de educadores. As concepções de Peirce, conforme foram expostas, podem servir para aguçar a capacidade analítica do homem acerca do caráter circunstancial de suas produções e do lugar que ocupa em relação a elas.

Toda produção humana, de caráter sógnico, não abarca a totalidade do objeto sob seu escopo. Dessa constatação decorre que toda teoria, modelo ou conceito, mesmo obtido via método científico — o que deve ser respeitado e precisa ser feito (Cf. JUNGK, 2015) —, é uma produção contingente, fadada a eivar-se e sujeitar-se aos desenvolvimentos da ciência, o que vale igualmente para ideias no campo das humanidades. Toda concepção cultural, todo sistema simbólico de valores, representa somente aspectos da realidade, sem garantia de adequação permanente por conta de seus inevitáveis vieses, e pode ser questionado e desenvolvido em função de conjunturas sociais e históricas novas e desafiadoras.

Como observa Nöth (2013, p. 91), a aprendizagem é a “aquisição de novos conhecimentos; só podemos dizer que aprendemos o que não sabíamos antes. [...] A percepção de que só podemos aprender o que não sabemos ainda, torna o aprendizado mais promissor se temos o metaconhecimento de saber que não sabemos”. Esse metaconhecimento, essa compreensão de que não detemos a totalidade do saber, pode ser obtida por meio da descrição peirciana da ação do signo e seu desenvolvimento no tempo. Sua filosofia pode servir como pano de fundo sobre o qual contrapor quaisquer teorias, mostrando a generalidade de sua falibilidade, bem como instrumento analítico aplicável a casos específicos, a fim de detectar lacunas e impropriedades particulares. Uma vez compreendida por aqueles que estão à frente dos processos educativos, essa falibilidade poderá ser ensinada àqueles que se encontram na posição de aprendizes, revelando o

caráter contínuo e ininterrupto da aprendizagem humana, convertendo-a em uma atividade auspiciosa.

Considerações finais: um espaço aberto para a reflexão

Uma educação voltada para o *desenvolvimento das faculdades mentais* do ser humano, ao enfatizar os aspectos representacionais do pensamento, certamente lhe possibilitará vislumbrar com mais clareza suas próprias criações culturais e científicas como frutos de processos de mediação. A partir de uma metateoria, ter uma visão da interação entre realidade e pensamento, de sua atividade conjunta e sincronizada no curso do tempo, evidenciará que o ser humano é o lócus onde os signos, acolhendo a constante influência do real, produzem seus efeitos interpretativos, bem como o agente na sua produção, compreensão, crítica e disseminação.

A educação do pensamento sob a perspectiva da semiótica peirceana facultará analisar toda criação como signo, com potencialidades intrínsecas, limitações no tempo e espaço, e capacidade futura de desenvolvimento. Tal educação para a arte de pensar, ao desvelar o *modus operandi* de toda representação, pode oferecer instrumentos e caminhos conceituais rumo ao constante crescimento e *evolução da atividade cognoscitiva*, sustentando a ampliação de sua capacidade.

A consciência de que existe sempre uma incompletude entre signo e objeto confere um caráter relativo a todo conhecimento e a toda forma de apresentá-lo, deixando um espaço aberto para a reflexão. Educar segundo esse *espaço lógico*, situado sempre na diferença entre o real em si mesmo e a forma como é captado, pode mostrar-se extremamente salutar ao ensejar a *formação de um pensamento crítico amplo e construtivo* em relação a todo tipo de produção humana, cuja natureza sgnica, por mais adequada que se apresente em dado momento, sempre conterà aspectos suscetíveis de questionamento e aperfeiçoamento.

Além de relativizar formas culturais e noções científicas, saber que todo signo recorta uma parte da realidade pode abrir nossos olhos para o *quinhão de verdade* que existe em toda representação, pertença ela ao mais diverso grupo ou sociedade, proporcionando uma *visão integradora* acerca da infinita heterogeneidade das produções humanas. Tal abordagem, a partir de uma filosofia abrangente como a elaborada por Peirce, propiciará a emergência de novos interpretantes que desenvolvam, cada vez mais, a forma como o ser humano lida com

a diversidade de suas manifestações, incorporando diferentes perspectivas em um todo coerente, conferindo uma visão de conjunto acerca da *real significância* da complexidade de suas elaborações. Embora tal estágio de maturidade possa ser alcançado no longo curso de processos espontâneos de evolução do pensamento, em função de características próprias da semiose, ele pode ter seu desenvolvimento facilitado por aqueles a quem compete fazê-lo.

Referências

- BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Textos selecionados, apresentação e tradução Celso Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.
- CASTRO, Celso. Apresentação. *Antropologia cultural*. Textos selecionados, apresentação e tradução Celso Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.
- JUNGK, Isabel. Métodos para a investigação do real. *Teccogs: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, TIDD | PUC-SP, São Paulo, n. 12, p. 37-65, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/pos/tidd/teccogs/artigos/2015/edicao_12/teccogs12_artigo01.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- NÖTH, Winfried. Signos como educadores. *Teccogs: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, TIDD | PUC-SP, São Paulo, n. 7, p. 74-97, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/pos/tidd/teccogs/artigos/2013/edicao_7/5-signos_como-educadores-winfried_noth.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- PEIRCE, Charles Sanders. *The Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. HARTSHORNE, C.; WEISS, P.; BURKS, A. W. (Ed.). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-1935, vols. 7-8, BURKS, Arthur W. (Ed.). 1958. v. 1-6. (Citado como CP, seguido do número do volume, ponto, número do parágrafo e antecedido pelo ano do manuscrito).
- PEIRCE, Charles Sanders. *The Essential Peirce: selected philosophical writings*. HOUSER, Nathan; KLOESEL, Christian (Ed.). The Peirce Edition Project (Ed.). Bloomington: Indiana University Press. 1992-1998. vol.1-2. (Citado como EP seguido do nº do volume e antecedido pelo ano do manuscrito).
- SANTAELLA, Lucia. *A teoria geral dos signos: Como as linguagens significam as coisas*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2000.

recebido em 16 mai. 2018 / aprovado em 24 jun. 2018

Para referenciar este texto:

JUNGK, I. Aspectos semióticos da filosofia peirceana como fundação para a educação do pensamento. *Dialogia*, São Paulo, n. 29, p. 69-82, mai./ago. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.5585/Dialogia.n29.8807>>.